

MST: dilemas políticos e ideológicos do acesso à terra¹

Eliei Machado*

O pequeno campesinato só pode escapar ao jugo do capital juntando-se ao movimento operário, ajudando-o na sua luta por um sistema socialista, pela transformação da terra, tal como dos outros meios de produção (fábricas, máquinas etc.), em propriedade social.

Lênin, *O partido operário e o campesinato*

Resumo

Este artigo discute os limites e as potencialidades da luta travada pelo MST sob o capitalismo neoliberal que se instaurou nos anos 1990 e que, de certa forma, deixou-o numa situação política e ideológica de difícil saída: reivindicar meios de produção e, ao mesmo tempo, lutar pelo socialismo. Para tanto, discute-se uma questão central: a (des)constituição do proletariado brasileiro em classe no contexto da atuação política dos sem-terra.

Abstract

Fundamentally, this article discusses the limitations and possibilities of the struggle the MST has taken on under the neocapitalist phase of capitalism installed in the 1990s, which created a political and ideological situation somehow difficult to overcome: demanding means of production at the same time struggling for socialism. Given this dilemma, the article discusses a central issue: the (dis)establishment of the Brazilian proletariat as a class in the context of landless political action.

Introdução

A luta do MST, quando tematizada política e ideologicamente, ganha ares de controvérsias teóricas: se o proletariado “puro” é potencialmente a

¹ Este artigo é uma versão reduzida e consideravelmente modificada de um capítulo do livro *"Historia reciente de América Latina. Resistencias populares y alternativas políticas"* a ser publicado pelo Conselho Latino-americano de C. Sociais (CLACSO), e apresentado, em maio de 2007, durante o XIII Congresso Brasileiro de Sociologia (UFPE/Recife), sob o título “MST, neoliberalismo e dilemas da luta pela terra no Brasil”.

* Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina; coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina e do Grupo de Estudos de Política da América Latina (GEPAL); pesquisador do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS/PUC-SP). Contato: elielmachado@sercomtel.com.br.

classe revolucionária por excelência, aquela que não tem mais nada a perder a não ser os seus grilhões, como problematizar teórica e politicamente quando o campesinato pobre, a base social dos sem-terra, foi (e é) o principal opositor ao modelo neoliberal de capitalismo e, além disso, reivindica o socialismo? Se dos anos 1980 até início dos 1990 foram de intensa politização do proletariado brasileiro – especialmente localizado nas grandes metrópoles como a do ABCD, no estado de São Paulo, proletariado esse que talvez mais se aproxima das formulações teóricas de Marx e Engels no *Manifesto do partido comunista* –, dos anos 1990 para cá, o MST tem ocupado o centro das atenções. Pelo visto, portanto, houve um refluxo político-ideológico dos “ocupantes” do núcleo duro da relação entre capital e trabalho e os que estavam (e estão) “à margem” desta relação assumem a dianteira das resistências ao neoliberalismo. Diante disso, algumas questões se impõem: qual a capacidade política e ideológica que estes “novos” protagonistas têm de constituir o proletariado brasileiro em classe? Uma vez que não ocupam o lugar central daquela relação, podem, de fato, contribuir para esta constituição? Se podem, qual(is) o(s) limite(s) desta contribuição?

Dada a importância política e ideológica que o MST assumiu no cenário político brasileiro e, até mesmo, latino-americano, nos anos 1990, para o conjunto das classes populares e suas organizações, propomo-nos a discutir seu papel na difícil e complexa tentativa de contribuir na constituição dos trabalhadores em classe. Para isso, dividimos este artigo em duas partes: na primeira, problematizamos teoricamente algumas questões referentes à (des)constituição do proletariado em classe e, em seguida, procuramos compreender como este processo se passa no MST a partir de algumas observações sobre o caráter de sua base social.

Algumas notas teóricas sobre a constituição do proletariado

Ao analisarmos a organização política do proletariado brasileiro – e especificamente a do MST –, pressupomos a sua organização como classe, pois entendemos que as classes se constituem na luta de classes.² Dito de

² A inspiração teórica está em Poulantzas (1977).

outra forma: tomando-se por base a década de 1990, o proletariado brasileiro foi (e é) instigado pelos sem-terra a se constituir em classe, numa conjuntura onde apareciam os primeiros sinais de refluxo do movimento operário mais combativo. Por outro lado, pressupondo que tal iniciativa pode levar à sua organização política, analisamos, mesmo sumariamente, os limites políticos e ideológicos de tais tentativas.

As discussões sobre a constituição do proletariado brasileiro não são nada fáceis, principalmente quando se voltam sobre o campo brasileiro. Não vamos polemizar sobre a existência ou não de um campesinato no país, entretanto, situamos-nos neste debate do seguinte modo: não desprezamos de maneira nenhuma a complexa e contraditória dominância do modo de produção capitalista no campo, mas, por outro lado, entendemos que ele submete outros modos e se beneficia deles. Ora, por conta disso, encontramos no campo brasileiro uma formação social complexa: desde parceiros, pequenos arrendatários, posseiros, meeiros, proletariado “puro”, passando pelo semiproletariado, campesinato, pequena, média e grande burguesia agrária e até latifundiários pré-capitalistas ligados, obviamente, ao modo de produção colonial. Valendo-nos das contribuições de Lênin, não podemos desconsiderar algumas questões:

O capitalismo não seria capitalismo se o proletariado “puro” não estivesse rodeado de uma massa extremamente variegada de tipos de transição do proletário para o semiproletário (aquele que obtém metade dos seus meios de subsistência vendendo a força de trabalho), do semiproletário para o pequeno camponês (e para o pequeno artesão, artífice, o pequeno patrão em geral), do pequeno camponês para o médio etc.; e se dentro do próprio proletariado não houvesse divisão em camadas mais e menos desenvolvidas, divisões de caráter territorial, profissional, por vezes religioso etc. De tudo isto decorre a necessidade – uma necessidade absoluta para a vanguarda do proletariado, para a sua parte consciente, para o partido comunista – de recorrer à manobra, à conciliação, aos compromissos com os diversos grupos de proletários, com os diversos partidos dos operários e dos pequenos patrões. Toda a questão consiste em *saber* aplicar esta tática para *elevantar*, e não para diminuir o nível de consciência proletária, de espírito revolucionário e de capacidade de luta e de vitória do proletariado. [grifos do autor] (Lênin, 1986, p. 133).

Quando alguns autores discutem a existência do modo capitalista de produção no campo brasileiro e, com isso, ao se apoiarem nas análises leninistas sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, “negligenciam”

aspectos importantes ressaltados por Lênin, como, por exemplo, em 1901, ao alertar para a complexidade da luta de classes naquele país:³

Vimos que no campo russo atual se combinam duas espécies de contradições de classe: em primeiro lugar, entre os operários rurais e os empresários rurais, em segundo lugar entre todo campesinato e toda a classe dos latifundiários. A primeira contradição desenvolve-se e cresce, a segunda enfraquece gradualmente. A primeira está no futuro, a segunda já pertence, em grau considerável, ao passado (Lênin, 1984a, p. 31).

Atento à transição do feudalismo ao capitalismo russo, Lênin afirma que o proletariado russo só conquistará o socialismo se conseguir mobilizar para as suas fileiras, o campesinato pobre: “A nossa tarefa principal e obrigatória será: reforçar a união dos proletários e semiproletários do campo com os proletários da cidade” (Lênin, 1984b, p. 94). O autor nota, ainda, que na Rússia do início do século XX a

servidão foi abolida [em 1861], mas não completamente. Os camponeses continuaram sem direitos, continuaram a ser um estado social inferior, sujeito a tributo, explorado, continuaram entre as garras da subjugação servil. (Lênin, 1984b, p. 95).

Marx, por sua vez, sugere, ao analisar as causas que tornaram impossível as revoluções do século XIX pelo proletariado francês, que na França o capitalismo ainda não estava totalmente desenvolvido e, menos ainda, o proletariado. Isto é: subtraímos dessas análises uma questão de fundo: o desenvolvimento do proletariado está condicionado ao desenvolvimento da burguesia industrial,

sob cujo domínio adquire ele existência nacional que lhe permite elevar sua revolução à categoria de revolução nacional, criando os meios modernos de produção, que hão de transformar-se em outros tantos meios para a sua emancipação revolucionária. (Marx, s/data, p. 119).⁴

Um dos termômetros para medir isso é a sua capacidade política de organização da classe em nível nacional:

³ Pomar (1980, p. IX), chama a atenção para o fato de que muitos pesquisadores generalizaram dados setoriais referentes aos bóias-frias, em zonas do Paraná e São Paulo, e aos volantes na Zona da Mata [NE] e na Amazônia para sustentarem que a massa principal de trabalhadores rurais do Brasil já é constituída pelo proletariado agrícola. Com isso, incorreram num equívoco científico ao considerarem que todos são “proletários-camponeses” ou camponeses em processo de proletarização.

⁴ Quando se transporta estas análises para a França de meados do séc. XIX, percebe-se que é algo que não se verificou, por exemplo, na Comuna de Paris de 1871.

A luta contra o capital em sua forma moderna, desenvolvida, a luta contra o capital em sua fase culminante – isto é, a luta do assalariado industrial contra o burguês industrial – constitui, na França, um fato parcial que depois das jornadas de fevereiro não podia fornecer o conteúdo nacional da revolução (...). Os operários franceses não podiam dar um passo à frente, não podiam sequer tocar num fio de cabelo da ordem burguesa, enquanto a marcha da revolução não sublevasse contra esta ordem, contra o domínio do capital, a massa da nação – camponeses e pequenos burgueses – que se interpunha entre o proletariado e a burguesia; enquanto não a obrigasse a unir-se aos proletários como a vanguarda sua (Marx, s/data, p. 119-120).

Por seu turno, os camponeses e pequenos proprietários rurais, a despeito de viverem sob as mesmas condições miseráveis do proletariado, não têm o seu desprendimento político, pois se encontram ideologicamente presos à defesa de suas (pequenas) propriedades. Em suma, como afirma Marx,

sobre diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais de existência, ergue-se toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiarmente constituídas. A classe inteira os cria e os forma sobre a base de suas condições materiais e das relações sociais correspondentes. (Marx, s/data, p. 224).

Ainda que muitos movimentos sociais se apresentem como anti-sistêmicos, portanto, reivindicuem a superação das dificuldades inerentes à acumulação capitalista, não se deve perder de vista as bases materiais sobre as quais sustentam suas lutas e o desenvolvimento dessas bases depende do grau de desenvolvimento do próprio capitalismo. É claro que os sujeitos protagonistas das lutas não são agentes passivos do processo e, além disso, precipitam situações políticas e ideológicas que, muitas vezes, não têm ressonância em suas próprias bases sociais.

Voltando-nos para o objeto de nossas discussões, o MST se depara com limites próprios de sua base social: não se encontra diretamente em confronto com o capital, portanto, não constitui o núcleo duro da relação entre capital e trabalho. Dizemos que está “fora” do “núcleo duro” da relação entre capital e trabalho porque sua base social é constituída, basicamente, por trabalhadores rurais semiproletários ou semi-assalariados (Germer, 2002). Desse modo, só pode afetar a produção capitalista indiretamente, ou seja, no plano jurídico-político, quando questiona as formas burguesas de propriedade. Nesse sentido, se não se confronta diretamente com o capital,

pelo menos desafia o Estado burguês ao questionar as formas de propriedade e as políticas estatais voltadas para o capital agrário-exportador, principalmente o agronegócio. De alguma maneira desvenda o que ele procura ocultar: seu caráter de classe. Mesmo nestas condições, os sem-terra teimam em fazer luta de classes e em lutar por transformação social.

Não duvidamos da importância dessa discussão, pois os setores do proletariado mais diretamente ligados ao núcleo central da relação capital/trabalho atravessam uma crise política e ideológica profunda que afeta, inclusive, os que estão “fora” dessa relação. Quando olhamos para os anos 1990 e observamos, pelo menos em alguns países da América Latina, que os principais protagonistas das resistências populares à implantação das políticas neoliberais foram os setores “marginais” da relação capital/trabalho, começamos a entender o porquê recaía sobre eles toda a fúria repressiva (física e ideológica) do Estado burguês, bem como dos seus aparelhos ideológicos, principalmente os meios de comunicação de massa. Para estes “aparelhos da ordem” era uma questão de honra deslegitimar, perante a opinião pública, as reivindicações, os valores e as práticas políticas desses movimentos.⁵

A composição social do MST é bastante complexa e, por isso mesmo, aguça polêmicas teóricas, políticas e ideológicas. De qualquer modo, isto nos obriga a desenvolver um pouco melhor esta temática, uma vez que, como dissemos antes, este movimento, assim como outros, não se confronta diretamente com o capital. Senão vejamos.

O desenvolvimento do capitalismo industrial intensificou o processo de urbanização precária e foi incapaz de suprir as “carências” urbanas do proletariado. Mais ainda:

⁵ Por questão de espaço não discutimos e menos ainda fundamentamos que embora na década de 1990 se tenha observado a predominância de um protagonista “marginal” daquela relação tradicional, isso de forma alguma supõe que o trabalho assalariado desapareceu. Por outro lado, também sabemos que a despeito do movimento operário não se ter esgotado completamente, ganharam relevância no cenário político latino-americano movimentos populares de base social mais ampla e heterogênea. Se o foco de ação do movimento operário eram (e são) as questões ligadas ao trabalho assalariado (emprego, salário, tempo de trabalho, aposentadoria etc.), estes movimentos pautam outras reivindicações, não menos classistas (terra, trabalho, moradia etc.). Até onde sabemos, raramente empunham a bandeira da “cidadania”, daí o caráter de classe que lhes atribuímos.

o capital se mostrou incapaz de inserir plenamente todos na esfera produtiva, acarretou as mais diversas situações (subemprego, por exemplo), levando, inclusive, à redefinição das lutas. Este novo surto de desenvolvimento capitalista e correspondente crescimento e maior diversificação do proletariado esteve na base de uma nova arrancada das lutas sindicais e partidárias dentro de um contexto bastante peculiar: o de ditadura militar” (Gonçalves, 2005, p. 90).

Em linhas gerais, tratava-se da formação de um novo e heterogêneo proletariado e, por isso mesmo, assistia-se uma nova configuração de classe (Sader *apud* Gonçalves, 2005, p. 90).

Como se sabe, a implantação do modo de produção especificamente capitalista no campo ocorreu basicamente em duas fases distintas: a primeira delas entre 1958/59 a 1966 e a segunda em 1967/68. Esta segunda fase ocorreu sob a ditadura militar e permanece até os dias atuais. Mas, como alerta Gonçalves (2005, p. 71),

em amplas áreas do estado de São Paulo, as relações sociais no campo não eram tipicamente capitalistas: não se estabelecia uma relação de contrato entre, de um lado, o ‘trabalhador livre’, ou seja, totalmente separado dos meios de produção e dotado de capacidade de produzir atos jurídicos e, de outro, o proprietário destes meios de produção, transformados em capital.

A questão, portanto, que se coloca é a seguinte: a dominância do modo de produção capitalista não significa exclusividade de relações sociais capitalistas no interior da formação social brasileira: “pelo contrário, boa parte destas relações sociais no campo (...) era marcada por fortes vínculos de dependência pessoal” (Gonçalves, 2005, p. 72). Em suma, o capital pode lançar mão de relações de trabalho e de produção não-capitalistas para produzir capital (Oliveira *apud* Gonçalves, 2005, p. 72). Esta heterogeneidade social, entre os setores populares, não pode ser desconsiderada.

Germer (2002), por sua vez, considera a agricultura brasileira capitalista e em rápido processo de desenvolvimento. Assim, para ele, a sua estrutura de classes está cada vez mais polarizada entre burguesia e proletariado. Em linhas gerais, o campo brasileiro tem a seguinte composição social: *grande burguesia agrária* (10,6%), *média burguesia* (8,2%); camada intermediária: *pequena burguesia* (16,7%), *produtor simples*

(9,8%); força de trabalho (54%), entre *semi-assalariados* e *proletariado* (permanentes e temporários).⁶ Disso decorre o seguinte: o MST tem sua base social predominantemente no “semi-assalariado” ou “semiproletário”, enquanto o “proletariado puro” constitui a base da Contag (Germer, 2002).

Essas questões sinalizam algumas dificuldades políticas enfrentadas pelo MST para organizar as suas bases, pois, do ponto de vista político-ideológico e das necessidades concretas, os “assalariados puros” e os “semiproletários” são dois setores do campo popular muito próximos. Porém, no plano concreto da luta não trilham os mesmos caminhos, a não ser em algumas ocasiões especiais como ocorreu durante a Marcha dos 100 mil sobre Brasília, em 1999. Levando-se em conta que o “proletariado puro” é numericamente superior ao “semiproletariado”, as coisas se complicam ainda mais, dado o potencial de luta que o primeiro poderia engendrar em conjunto com o “semiproletariado” e não o faz: a Contag, representante desse segmento, tem 15 milhões de filiados e a CUT totaliza 21 milhões (Comparato, 2003). Por outro lado, o MST, que representa o “semiproletariado”, tem apenas 250 mil famílias ou 500 acampamentos e 1.500 assentamentos.⁷ Para Germer (2002), o protagonismo político do MST, nos anos 1990, representa um paradoxo: o MST, ao se constituir basicamente no semiproletariado rural, tomou a dianteira na luta contra o capitalismo neoliberal, enquanto a CONTAG, ligada à CUT, manteve uma postura “passiva”.⁸

⁶ Dados obtidos do IBGE - Censo Agropecuário de 1995/96 (*apud* Buzetto, 2002, p. 19). Alguns esclarecimentos: considera-se como *grande burguesia agrária* os proprietários rurais com área superior a 100 ha; a *média burguesia*, entre 50-100 ha; a *pequena burguesia*, entre 20-50 ha; e os *semi-assalariados* com menos de 20 ha.

⁷ Dados obtidos do sítio do MST na Internet (www.mst.org.br) revelam que, em 2005, o movimento tinha 124.240 famílias acampadas. Em relação às famílias assentadas, em 2004, eram 105.466, correspondendo a 1.649 assentamentos. Veja-se, também, em Comparato (2003), as comparações que faz entre o número de greves (Contag) e as ocupações realizadas pelos dois movimentos (MST e Contag).

⁸ Sobre isso, merecem destaque as discussões feitas por Coletti (2005) em relação à trajetória política do MST, nas quais ressalta a composição social predominantemente urbana do movimento, especialmente no “acampamento Nova Canudos”, em 1999: “80% dos acampados vieram de centros urbanos ou cidades localizadas em várias regiões do Estado: Campinas, Sorocaba, Guarulhos, Itapevi, São Bernardo do Campo, Mauá, Santo André, Limeira, Araras, São Paulo e outras cidades. São trabalhadores desempregados, sem-teto, moradores de rua, ex-operários, ex-marceneiros, ex-mecânicos” (MST *apud* Coletti, 2005, p. 261).

O MST tem clareza de suas limitações e se depara com elas à medida que se esforça para superá-las procurando ampliar seu leque de atuação no campo popular. Germer (2002), entretanto, chama a atenção para o paradoxo que existe com o fato de o “proletariado puro” ou o trabalhador assalariado hoje não se constituir no setor dirigente das lutas no campo, mas sim o “semiproletariado” organizado em torno do MST. Bertero, de outro lado, critica o protagonismo dos sem-terra, considerando-o extemporâneo, pois as lutas do proletariado urbano e rural são, nas condições atuais do desenvolvimento capitalista, praticamente as mesmas:

Tudo indica que, ao se aprofundarem as transformações no campo e elevar o nível de organização e consciência dos trabalhadores, especialmente os assalariados, o acesso à terra não mais poderá permanecer figurando como bandeira unitária do sindicalismo. [Por esse ângulo,] a terra é, segundo se viu, convertida em capital. Razão pela qual a sua reivindicação é extemporânea. (Bertero, 2000, p. 119).⁹

As críticas de Bertero (2000), portanto, ao se voltarem apenas para a análise do núcleo duro das relações de produção, perdem a dimensão política das lutas do MST, ou seja, o questionamento ao regime jurídico de propriedade. Embora os sem-terra não atinjam diretamente este núcleo, atacam a propriedade privada, especialmente nos planos político-jurídico e ideológico. Em outros termos, os avanços, potencialidades e limites de suas lutas estão umbilicalmente ligados à crise do movimento operário contemporâneo.

Para que a luta do MST seja anti-sistêmica, conforme anuncia, é preciso que a peleja por reforma agrária ultrapasse a distribuição de terra. Mesmo que o “proletariado puro” não componha sua base social, o movimento dá sinais da possibilidade de construção de uma sociedade socialista. E, por isso mesmo, ele não pode ser seu único protagonista: terá que arrastar para seus enfrentamentos anticapitalistas o proletariado rural e urbano. O problema que se interpõe nos embates de classe é que ao reivindicar o acesso à terra, tem que lidar com os assentamentos. A despeito

⁹ A despeito dos limites políticos e ideológicos do campesinato pobre russo, Lênin, por exemplo, não despreza as suas lutas: “(...) Os camponeses perderam a paciência. Na Primavera do ano passado, 1902, os camponeses das *gubérniás* de Poltava, Khárkov e outras ergueram-se contra os latifundiários, abriram seus celeiros, dividiram entre si os seus haveres, deram aos famintos o cereal, semeado e colhido pelo camponês mas apropriado pelo latifundiário, exigiram uma nova divisão da terra. Os camponeses não agüentaram a opressão desmedida e começaram a procurar melhor sorte. Os camponeses decidiram – e decidiram muito corretamente – que é melhor morrer em luta contra os opressores do que morrer de fome sem luta” [grifos do autor] (Lênin, 1984b, p. 95).

de todos os limites e contradições que ensejam – sabemos que são complexos – os assentamentos potencialmente se transformam em redutos populares de contra-hegemonia. Mesmo assim, correm o risco de ficarem presos a eles e de não conseguirem politizar a luta. É no marco contemporâneo dessas contradições e desafios que se encontram os sem-terra.

Alguns dilemas da luta política do MST

O MST, ao empunhar a bandeira da reforma agrária, reivindica distribuição de terra sob o controle dos trabalhadores sem-terra. Ou seja, reivindica meios de produção, pois, afinal, sua base social “necessita” deles para sobreviver. Como parte da luta pelo acesso à terra, o movimento promove ocupações de latifúndios e, em geral, onde participam milhares de famílias sem-terra. Uma vez conquistada, inicia-se outro processo, o assentamento que, muitas vezes, se “descola” dos embates políticos iniciais (acampamentos, marchas, ocupações de prédios públicos etc.) com o Estado burguês. Não raro, estes embates chegam a ser físicos.

Estas duas “frentes de luta” – se é que podemos denominá-las desta maneira, uma vez que fazem parte da mesma luta, qual seja, a do acesso à terra –, aparentemente contraditórias – se nos acampamentos se faz política diuturnamente, nos assentamentos ela se “esfria” –, nos obriga a retomar uma passagem de Marx, citada anteriormente, na qual sustenta que

sobre diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais de existência, ergue-se toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiarmente constituídas. A classe inteira os cria e os forma sobre a base de suas condições materiais e das relações sociais correspondentes. (Marx, s/data, p. 224).

Ora, a despeito de sabermos que o MST não tem força política para enfrentar a sua situação de classe pauperizada a não ser reivindicando terra para sobreviver, este acaba sendo um fator limitador da sua luta política e ideológica. Aquilo que serve como motor de organização do proletariado em classe – o questionamento jurídico-político da concentração da propriedade privada dos meios de produção em pouquíssimas mãos –, perde força política quando se torna assentado, pois é obrigado a produzir para o “mercado” e, além disso, tem que demonstrar a viabilidade econômica de

suas cooperativas. Por uma questão de princípio, os sem-terra defendem a propriedade coletiva sob controle dos trabalhadores. Mas, por outro lado, sabemos que estão presos à lógica perversa do “mercado”.¹⁰ O Estado burguês, por sua vez, procura inviabilizá-los de várias formas, sendo a mais comum ao dificultar a liberação de créditos para o plantio e cultivo.¹¹ A soberania e a dominância do capital vão longe!

Voltemos às mobilizações do MST: fazem parte delas, os acampamentos, as marchas, caminhadas, ocupações de terra e de edifícios públicos, palácio do governo, secretarias, institutos etc., ou seja, constituem suas “invenções democráticas”.¹² Provavelmente, portanto, o papel político mais importante exercido pelo movimento se encontra no questionamento jurídico-político do latifúndio, como também ao questionarem o favorecimento estatal ao agronegócio. Por isso mesmo, os assentamentos acabam se tornando o grande desafio do movimento, entretanto, como fazer luta política e, ao mesmo tempo, lutar pela sobrevivência material? Uma vez assentado qual o alcance da luta do movimento como um todo? São questões que não nos propomos a responder e nem temos as respostas para elas, embora sabemos que o MST se depara com elas constantemente. Talvez as respostas não estejam no assentamento, mas nos acampamentos.¹³ Em outros termos: se nos acampamentos estes proletários não têm nada a

¹⁰ Sabemos que os preços praticados pelo “livre” mercado são ditados pelos oligopólios e monopólios que dele participam. Isto sem falar que muitos produtos agrícolas, por exemplo, são *commodities*, determinados em bolsas de valores.

¹¹ Um dos mecanismos mais “eficientes” para isso é exercido pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Como se sabe, o Estado burguês, através do Incra, adota um modelo de reforma agrária voltado para a propriedade familiar. O MST, por sua vez, tem como princípio básico o estímulo à cooperação e ao trabalho coletivo da terra.

¹² Conforme denominamos em outro lugar, as “invenções democráticas” são ações políticas massificadas e com forte conteúdo político-ideológico. Para os termos deste artigo, portanto, estas “invenções” do MST designam formas de organização, de luta e de resistência à hegemonia burguesa. As classes populares nos embates políticos ao poder burguês engendram formas democráticas de organização, estabelecem padrões de comportamento social e político distintos das sociedades burguesas (Machado, 2004).

¹³ Com uma base social predominantemente constituída por “semi-assalariados”, os desafios do MST aumentam se imaginarmos uma cultura patriarcal, individualista e machista que muitos camponeses trazem consigo. Os riscos de não quererem trabalhar a terra de forma coletiva ou de preferirem o lote individual são constantes. Para isso, a vida e as lutas coletivas nos acampamentos aliadas à formação política do movimento são fundamentais para provocarem mudanças progressistas nas consciências conservadoras desses homens e mulheres.

perder, a não ser os seus grilhões, os assentamentos envolvem a defesa da propriedade dos meios de produção. Por sua vez, esta produz para o mercado, mesmo sob a forma coletiva, uma vez que está subordinada à dominação do capital.

Os acampamentos exercem um papel político-pedagógico importante sobre estes homens, mulheres e crianças que arriscam a própria vida para ter acesso à terra: em geral, as relações sociais dos acampados sofrem algumas alterações em seus comportamentos tradicionais – homens cozinham e cuidam das crianças enquanto as mulheres fazem a segurança; todos se inserem em algum setor (segurança, educação, saúde, higiene, alimentação, almoxarifado etc.) e, portanto, assumem alguma tarefa no acampamento; todos fazem curso de formação política; e as crianças e adultos são alfabetizadas, normalmente pelo “método Paulo Freire”.¹⁴ Uma das principais lições dos acampamentos é a prática da solidariedade de classe e a distribuição coletiva do que recebem como doação. As principais refeições também são compartilhadas por todos.¹⁵

Breves considerações

Os sem-terra parecem sinalizar que o centro da luta de classes é mais amplo que aquilo que, convencionalmente, alguns setores do marxismo apontam, em nome da “ortodoxia”, como a contradição fundamental entre a burguesia e os assalariados puros. Não duvidamos, porém, que os sem-terra se confrontam muito mais diretamente com a dominação do capital, propriamente dita, mesmo se encontrando “fora” das relações de produção capitalista. Em outros termos: questionam tal dominação através dos embates políticos com o Estado burguês. Na prática, questionam o aparente paradoxo entre o “assalariado puro” que, em tese, deveria ser o protagonista

¹⁴ O chamado “método Paulo Freire”, em linhas gerais, se refere à forma de alfabetização de adultos e crianças por meio de temas geradores, extraídos da própria realidade dos “educandos”. Trata-se, assim, de uma metodologia de ensino dialógica, o que exige dos “educadores” conhecerem a realidade social, política e econômica dos “educandos” e, ao mesmo tempo, que levem em conta o saber popular.

¹⁵ Não generalizamos estas observações, pois se referem às nossas visitas a um acampamento (Chico Mendes/SP), a um pré-assentamento (Fazenda Sta. Rita/SP) e dois assentamentos (Paranacity/PR e Fazenda Pirituba/SP), entre os anos de 2001 e 2003.

da revolução e eles, o “exército industrial de reserva”, em tese “contra-revolucionários”, que se colocam à frente dos processos de transformação social. Ora, ao adquirirem identidade coletiva e lutarem pela transformação do capitalismo, assumem, como classe, o papel que, teoricamente, caberia aos trabalhadores diretamente ligados às relações sociais de produção capitalista.

Pelo fato de não constituírem diretamente o núcleo duro da relação capital/trabalho e, mesmo assim, lutarem por uma sociedade anticapitalista, o alcance político-ideológico da luta política para a constituição da classe é limitado. Somente se for capaz de agregar a esta luta os produtores diretos, portanto, aqueles que se confrontam diretamente com o capital, é que se poderá vislumbrar algo novo no cenário político brasileiro.

Como os trabalhadores assalariados puros não estão em condições subjetivas de tomar a dianteira do processo revolucionário – entre outros motivos porque perderam força política e ideológica durante a implantação do projeto neoliberal –, os novos protagonistas, ao assumirem a tarefa da revolução, propõem novas formas para realizá-la, isto é, não estão sendo nos mesmos moldes até então conhecidos.

Esses “novos” sujeitos, potencialmente revolucionários, desafiam os ícones da democracia burguesa (liberdade, igualdade, fraternidade) e apresentam à sociedade suas “invenções democráticas”: democracia direta, decisões por assembleia, trabalho concreto e compartilhado, horizontalidade, igualdade nas relações de gênero, acesso à informação e à formação política a todos. Trata-se daquilo que arriscamos chamar de “construção antecipada do socialismo” em práticas aparentemente cotidianas, mas que sinalizam para mudanças mais profundas nas relações capitalistas. Evidentemente que tal “construção” deve ser compreendida dentro de limites e contradições típicas das lutas que travam com o sistema capitalista como um todo e, portanto, não está imune às investidas políticas, ideológicas e econômicas impostas pelo Estado burguês brasileiro. A “construção antecipada do socialismo” não elimina a necessidade de ruptura revolucionária do sistema capitalista, mas, nem por isso, deixa de exercer um papel pedagógico

importante para os trabalhadores.¹⁶

Bibliografia

BERTERO, J. F. (2000). “Sobre a questão agrária”. *Mediações*, vol. 5, nº 1..

BUZETTO, M. (2002). *O antiimperialismo na luta do MST: questão agrária e questão nacional na construção de um projeto popular para o Brasil*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica.

COLETTI, C. (2005). *A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. Tese (Doutorado em C. Sociais) – Programa de Pós-Graduação em C. Sociais, Universidade Estadual de Campinas.

COMPARATO, B. (2003). *A ação política do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

GERMER, C.. (2002).” O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária”. In: STÊDILE, J. P. (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

GONÇALVES, R. C. (2005). *Vamos acampar? A luta pela terra e a busca pelo assentamento de novas relações de gênero no MST do Pontal do Paranapanema*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas.

LÊNIN, V. I. (1986). “A doença infantil do “esquerdismo” no comunismo”. In: _____. *Obras escolhidas em seis tomos*. Vol. 5. Moscou: Edições Progresso; Lisboa: Edições Avante!.

LÊNIN, V. I. (1984b). “Aos pobres do campo: explicação aos camponeses daquilo que querem os social-democratas”. In: _____. *Obras escolhidas em seis tomos*. Vol. 1. Moscou: Edições Progresso; Lisboa: Edições Avante!..

LÊNIN, V. I.(1984a) “O partido operário e o campesinato”. In: _____. *Obras escolhidas em seis tomos*. Vol. 1. Moscou: Edições Progresso; Lisboa: Edições Avante!

MACHADO, E. R. (2004). *Mal-estar da democracia no Brasil e na Argentina nos anos 90: lutas sociais na contramão do neoliberalismo*. São Paulo:Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

MARX, K. O. (s/d). “18 Brumário de Luís Bonaparte”. In: *Obras escolhidas: Karl Marx – Friedrich Engels*. Vol. 2. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.

MARX, K.; ENGELS, F. (1988). *Manifesto do partido comunista*. 6ª ed. São Paulo: Global Editora.

¹⁶ Enfatizamos, mais uma vez, que tal “construção” deve ser pensada nos limites da hegemonia capitalista, portanto, tem um sentido mais pedagógico para os sujeitos envolvidos. Nesse sentido, o embate com o capitalismo é político-ideológico ao se questionar a propriedade burguesa. Diferimo-nos, portanto, dos autores da chamada “economia solidária” que, pelas condições da luta que ensejam, não propõem a ruptura revolucionária, bastando o desenvolvimento de formas cooperativas de produção dos trabalhadores.

MST: dilemas políticos e ideológicos do acesso à terra

POMAR, W. (1980). “Apresentação”. In: LÊNIN, V. I. *Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*. São Paulo: Brasil Debates.

POULANTZAS, N. (1977). *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes.